



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025 - FME

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2025 - FME

Publicado em 27/06/2025

Para efeitos de cumprimento do § 3º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, está disponível pelo prazo de 03 (três) dias úteis, o Aviso de Contratação Direta, destinado ao acolhimento de propostas adicionais, para efetivação da contratação de empresa para a **Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de serviços de execução de atividades formativas e suporte técnico para o acompanhamento pedagógico, destinado à Formação de Professores da Rede Municipal de Ensino de Jurema/PE, nos dias 31 de julho e 01 de agosto de 2025**, conforme Termo de referência. Valor Total Estimado: **R\$ 61.060,00 (sessenta e um mil e sessenta reais)**. Manifestação de interesse e proposta adicionais devem, nos termos do Edital de contratação, ser enviadas para o e-mail: seceducacaojurema@gmail.com ou entregue presencialmente na Secretaria de Educação de Jurema/PE, durante o horário de expediente, com sede na Praça da conceição, 55, Centro, Jurema/PE, Próximo a igreja matriz, até as 13h00min do dia **30/06/2025** até o dia **02/07/2025**.

**LEANDRO PAULO DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 015/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2025**

**EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR
Art. 75, II, Lei Federal n° 14.133/21**

PREAMBULO

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUREMA/PE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.745.309/0001-74, com sede na Praça da Conceição, S/N, Centro, nesta Cidade, representado neste ato pelo Secretário de Educação, a **SR.º LEANDRO PAULO DOS SANTOS**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará contratação direta, em razão do valor, critério de seleção “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, com base nas justificativas e disposições estabelecidas neste edital

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ADICIONAIS: 30/06/2025 até dia 02/07/2025 até às 13:00 (horário de Brasília), através do E-mail: seceducacaojurema@gmail.com

LOCAL PARA RETIRADA DOS DOCUMENTOS: O aviso edital e anexos da contratação direta, em razão do valor, está disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço: <http://jurema.pe.gov.br>

RESPONSÁVEL PELA SOLITAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Recomendamos aos participantes pleiteantes a leitura atenta deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de serviços de execução de atividades formativas e suporte técnico para o acompanhamento pedagógico, destinado à Formação de Professores da Rede Municipal de Ensino de Jurema/PE, nos dias 31 de julho e 01 de agosto de 2025.

2.0 DO PRAZO CONTRATUAL

2.1 - O prazo de vigência do contrato será 2 (dois) meses, a contar da assinatura do contrato.

2.2 - O prazo de execução do objeto será em 2 (dois) dias, a contar da ordem de execução de serviço.

3.0 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A regra geral trazida pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI, é que a contratação de obras, serviços, compras e alienações deverá ser precedido de devido processo licitatório, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, e obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e aos princípios que disciplinam os processos licitatórios.

3.2 O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos



termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

3.3 Contudo, apesar da regra geral para se contratar com a Administração Pública, ser a de realização de procedimento licitatório, o próprio inciso XXI do art. 37 da CF/88 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta.

3.4 Neste sentido, a nova Lei de Licitações nº 14.133/21, traz algumas hipóteses, de casos excepcionais, em que a contratação pode ocorrer diretamente.

3.5 Das vias excepcionais possíveis, a que norteia este aviso, é a dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no Art. 75, II, Lei Federal nº 14.133/21, conforme transcrição a seguir:

Lei Federal nº 14.133/2021- Art. 75, II. É dispensável a licitação:

Nesse cenário estão inseridas as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores aos previstos no art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 (atualizados pelo Decreto nº 12.343/2024), os quais autorizam a dispensa de licitação para:

[...]

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.

3.6 Assim, com supedâneo no princípio finalístico, na forma da 14.133/2021, por meio do qual pretendeu o legislador conferir maior publicidade às contratações diretas, o presente aviso almeja obter propostas adicionais de eventuais interessados, para fins de seleção daquela mais vantajosa no desiderato de, posteriormente, celebrar contratação direta por dispensa, na forma do inciso (art. 75, II da Lei nº 14.133/2021).

3.7 LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 37: Regula a atuação da Administração Pública, Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais, alterada pela Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013: Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

4 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ENTRE AS PARTES

4.1 São obrigações da CONTRATADA:

4.1.1 Entregar os materiais rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Edital e na proposta ofertada, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminado; deverá ser observado o critério definido pela Prefeitura;



4.1.2. Responsabilizar-se pelos encargos, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

4.1.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Contrato sujeitando- se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações das Sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores;

4.1.4. Responder por quaisquer atos e danos causados à Administração e/ou a terceiros, durante a execução dos serviços, quer sejam praticados pela empresa contratante, seus propostos e/ou subcontratados;

4.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações tributárias decorrentes desta contratação, tais como: Salários e todas as obrigações tributárias, sociais, previdenciárias, trabalhistas e de acidentes de trabalho e demais encargos decorrentes correlatos aos funcionários envolvidos na prestação dos serviços objeto destas Especificações;

4.1.6 Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento convocatório;

4.1.7 Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem ao valor do objeto contratado, dentro dos limites previstos no artigo 125, da Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações.;

4.2 São obrigações do CONTRATANTE:

4.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

4.2.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

5 DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data da entrada da nota fiscal ou fatura, devendo ser apresentada devidamente atestada e corretamente preenchida, sem rasura.

5.2 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

5.3 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

5.4 Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.



6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 A despesa decorrente da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados na Lei Orçamentária específica do exercício de 2025, com a seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AÇÃO	2041	CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES
ÓRGÃO	0221	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
UNIDADE ORÇAMENTARIA	020501	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO	12	EDUCAÇÃO
SUB FUNÇÃO	361	ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA	0021	ADMINISTRAÇÃO GERAL
ELEMENTO	33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE	15001001	MDE 25% - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

7 DA DELIBERAÇÃO E DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ADICIONAIS

7.1 Considerando o acima exposto, FICA AUTORIZADO a publicação do aviso de contratação direta, no Site Oficial eletrônico da municipalidade, pelo prazo de 03 (três) dias úteis, objetivando a obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

7.1.1 O período de acolhimento, para recebimento das propostas adicionais, iniciará no dia **30/06/2025** e terá seu término no dia **02/07/2025** até às **13:00** (horário de Brasília);

7.1.2 As propostas adicionais devem estar de acordo com a planilha indicada no Termo de Referência e deverão ser enviadas para o e-mail: seceducacaojurema@gmail.com, e ou entregue presencialmente na Secretaria de Educação de Jurema/PE, até a data e hora final, indicadas no subitem 7.1.1.

8 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no bolsa nacional de compras, e ainda nos seguintes cadastros:

8.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro



Nacional de Empresas Punitidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

8.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

8.2.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.4.3. O participante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.2.5. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação reputará o participante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o participante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz

8.7 Para habilitação jurídica, a empresa deverá apresentar:

8.7.1 **Para Empresas Individuais:** Declaração de constituição registrada na Junta



Comercial acompanhada das respectivas alterações, quando houver;

- 8.7.2 **Para Sociedade Empresária:** Ato constitutivo, ou contrato social em vigor, o qual deverá estar devidamente consolidado e acompanhado das posteriores alterações, se houver;
- 8.7.3 **Para Sociedade por Ações** (sociedade empresária do tipo S/A): Ato constitutivo e alterações subsequentes, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;
- 8.7.4 **Para Sociedade Civil (sociedades simples):** Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 8.7.5 **Para Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País:** Decreto de autorização e ato de registro e autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.7.6 A documentação referente às alíneas de “a” à “e” deve vir obrigatoriamente acompanhada da cópia de documento oficial com foto do(s) responsável(eis) legal(ais) da empresa.

8.8 Para comprovação fiscal, social e trabalhista, a empresa vencedora deverá apresentar:

8.8.1. Prova de inscrição perante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

8.8.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

a) Se o ramo de atividade da empresa for comércio, deverá apresentar prova de inscrição estadual (CACEPE – Cadastro de Contribuinte do Estado onde a participante esteja sediada);

b) Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviços, deverá apresentar prova de inscrição municipal (CIM, Alvará ou outro equivalente);

c) Se o ramo de atividade da empresa envolver comércio e prestação de serviços deverá apresentar os documentos exigidos nos subitens a e b acima

8.8.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente, na forma da lei.

OBS: Com relação a apresentação da regularidade com a Receita Federal prevista no inciso anterior, será observado o que dispõe a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 555 de 23/03/2020;

8.8.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos



sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

OBS: Em caso de isenção ou não incidência de tributos, a proponente deverá apresentar documentos comprobatórios do fato.

8.8.5. Prova de situação regular perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa (Lei 12.440/2011).

8.8.6. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

8.9 Para comprovação da regularidade econômico-financeira, a empresa vencedora deverá apresentar:

8.9.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, onde conste o prazo de validade e não havendo este, somente será aceita com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do Estado onde seja localizado, referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais Eletrônicos);

a.1 A certidão descrita no subitem anterior somente será exigida quando a própria certidão de falência ou recuperação judicial contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

8.10 – Para comprovação da regularidade técnica, a empresa vencedora deverá apresentar:

8.10. Serão exigidos, também, as respectivas DECLARAÇÕES:

8.10.1 - Declaração Conjunta, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo IV;

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Se a CONTRATADA causar prejuízo ao CONTRATANTE em razão de algumas das condutas abaixo transcritas:

9.2. Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.3 Deixar de entregar documentação exigida no edital;



- 9.4. Apresentar documentação falsa;
- 9.5. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 9.6. Não mantiver a proposta;
- 9.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 9.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.9. Fizer declaração falsa;
- 9.10. Cometere fraude fiscal.
- 9.11. Aplicar-se-ão as seguintes cominações, cumulativas ou não, segundo decisão no competente processo ADMINISTRATIVO:

- I - Advertência;
 - II - Multa;
 - III - Impedimento de licitar e contratar;
 - IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- 9.12. Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.01. Fica eleito o Foro da Comarca de Jurema, Estado de Pernambuco para dirimir eventuais questões resultantes deste Aviso ou de sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Jurema/PE, 26 de junho de 2025.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUREMA/PE

CNPJ Nº 47.745.309/0001-74

LEANDRO PAULO DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 - OBJETO

1.1 - Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de serviços de execução de atividades formativas e suporte técnico para o acompanhamento pedagógico, destinado à Formação de Professores da Rede Municipal de Ensino de Jurema/PE, nos dias 31 de julho e 01 de agosto de 2025, conforme serviços descritos neste termo de referência.

2.0 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

O Brasil é um país marcado por desigualdades históricas, mas também por uma imensa diversidade cultural, étnica, social e religiosa. A escola, como espaço privilegiado de formação cidadã, precisa assumir a responsabilidade de garantir o direito à educação com qualidade e equidade para todos e todas.

Professores e professoras, como agentes centrais nesse processo, necessitam de momentos de estudo, partilha e aprofundamento para desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e com os princípios dos direitos humanos, da justiça social e da inclusão.

Este projeto de formação surge, portanto, como resposta à necessidade de qualificar o fazer docente frente às demandas de um ensino que respeite as diferenças e combata todas as formas de preconceito e exclusão.

A formação docente precisa acompanhar as transformações sociais e os desafios que emergem no cotidiano escolar. Em tempos de fortalecimento das pautas sociais, torna-se cada vez mais urgente repensar o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa.

Nesse cenário, a diversidade não deve ser compreendida como um obstáculo, mas como uma riqueza que potencializa a aprendizagem e amplia o repertório de convivência e de saberes. A formação proposta pretende ser um espaço de diálogo, escuta ativa e construção coletiva de práticas pedagógicas que acolham e respeitem as múltiplas identidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

2.2. - Abordagem Metodológica

A formação será desenvolvida de forma participativa e colaborativa, priorizando a escuta ativa e o protagonismo docente. Serão utilizadas metodologias ativas, com:

- Oficinas temáticas;
- Rodas de conversa;
- Análise de casos reais;
- Construção de sequências didáticas;
- Práticas reflexivas e relatos de experiência.

Cada sala temática será voltada para um segmento específico da educação (Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Educação Especial, Educação em Tempo Integral, entre outros), permitindo um aprofundamento contextualizado.

Os formadores atuarão como mediadores, incentivando o diálogo entre teoria e prática e promovendo a construção conjunta de estratégias pedagógicas inclusivas.



2.3. Sendo assim, justifica-se, a necessidade da aquisição
3. OBJETIVOS

Promover a formação continuada de professores e professoras da rede municipal de ensino, com foco na construção de práticas educacionais que reconheçam, respeitem e valorizem a diversidade social, contribuindo para uma escola mais inclusiva, democrática e humanizada.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Refletir sobre o papel da escola na promoção da equidade e da inclusão.
- b) Conhecer e aplicar metodologias que contemplam a diversidade em sala de aula.
- c) Ampliar o repertório teórico-prático sobre práticas pedagógicas antidiscriminatórias.
- d) Estimular o diálogo entre educadores(as) a partir de experiências e desafios vivenciados.
- e) Construir coletivamente sequências e estratégias didáticas alinhadas à realidade social dos estudantes.

4. DETALHAMENTO TÉCNICO

4.1. PÚBLICO ALVO

As formações destinam-se aos Gestores, Coordenadores e Professores. Deverá abranger 305 (trezentos e cinco) participantes, estando estes distribuídos aproximadamente: 60 profissionais da Educação Infantil, 66 profissionais do Ensino Fundamental I, 60 profissionais do Ensino Fundamental II, 25 profissionais do Ensino em Tempo Integral, 15 da Educação de Jovens e Adultos (EJA), 55 técnicos administrativos das escolas da rede de ensino, além de 24 profissionais que compõem a equipe técnica e pedagógica da Secretaria de Educação.

4.2. CARGA HORÁRIA

Para o desenvolvimento das atividades formativas, será previsto uma carga horária total do evento de 16 (dezesseis e seis) horas/aula para cada cursista, sendo estas distribuídas em:

4.2.1. 02 (dois) encontros com carga horária de 08 (oito) horas/aula. Sendo destinado: 1h para credenciamento, 30 minutos nos 02 (dois) turnos (manhã e tarde) para o coffee break e 01 (uma) hora para o almoço dos participantes, 4h para formação no primeiro dia e 8h para formação do segundo dia.

4.3. EIXOS TEMÁTICOS

O quadro abaixo apresenta as distribuições das atividades e seus respectivos eixos temáticos.

BLOCO I		
EIXOS TEMÁTICOS PARA OFICINAS PEDAGÓGICAS		
TURMA	PÚBLICO	TEMAS



01	Coordenadores e Professores da Educação Infantil - Creche	“Educação do cuidado: afetividade, acolhimento e identidade na primeira infância”
02	Coordenadores e Professores da Educação Infantil – Pré-Escola	“Brincar é para todos: inclusão e diversidade nas experiências lúdicas”
03	Coordenadores e Professores do Ensino Fundamental (1º e 2º ano)	“Alfabetização e letramento em contextos diversos: respeitando trajetórias”
04	Coordenadores e Professores do Ensino Fundamental (3º ao 5º ano)	“Vozes diversas na sala de aula: leitura crítica do mundo e práticas inclusivas”
05	Coordenadores e Professores do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) Linguagens e Ciências Humanas	“Educação antidiscriminatória: história, linguagem e identidade nas práticas pedagógicas”
06	Coordenadores e Professores do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) Matemática e Ciências da Natureza	“Conhecimento científico e equidade: como incluir todos nos saberes exatos”
07	Coordenadores e Professores do Ensino em Tempo Integral	“Diversidade nas disciplinas diversificadas: práticas integradas para o ensino em tempo integral”
08	Coordenadores e Professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação de Jovens e Adultos como Ato de Resistência e Valorização das Experiências de Vida
09	Gestores Escolares	Liderança Pedagógica para a Promoção da Diversidade e da Inclusão

BLOCO II

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DIA	PÚBLICO	ESPECIFICAÇÃO	PROFISSIONAIS	CH
31/06	Todos os cursistas	Credenciamento	Técnicos da Secretaria de Educação	1h
		Coffee break	Buffet	30min



	01/06	Todos os cursistas	Apresentação Cultural	Artistas do Centro Cultural	30min
			Palestra de Abertura	01 Palestrante	1h30
			Almoço	Buffet	2h
			Oficinas	Formadores	4h
			Coffee break	Buffet	30min
			Credenciamento	Técnicos da Secretaria de Educação	1h
			Coffee break	Buffet	30min
			Oficinas	Formadores	4h
			Almoço	Buffet	2h
			Oficinas	Formadores	4h
			Coffee break	Buffet	30min

5.0 - ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS POR ITEM:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	V. UNITÁRIO ESTIMADO	V. TOTAL ESTIMADO
1	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 01 destinada aos Professores e Coordenadores da Educação Infantil (Creche) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
2	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 02 destinada aos Professores e Coordenadores da Educação Infantil (Pré-Escola) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00



3	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 03 destinada aos Professores e Coordenadores do Ensino Fundamental (1º e 2º Ano) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
4	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 04 destinada aos Professores e Coordenadores do Ensino Fundamental (3º ao 5º Ano) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
5	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 05 destinadas aos Professores e Coordenadores dos 6º aos 9º Anos do Ensino Fundamental da Área de Linguagens e Ciências Humanas da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
6	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 06 destinadas aos Professores e Coordenadores dos 6º aos 9º Anos do Ensino Fundamental da Área de Matemática e Ciências da Natureza da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
7	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 07 destinadas aos Professores e Coordenadores da Educação em Tempo Integral do Ensino Fundamental da Rede Municipal	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00



	de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.				
8	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 08 destinadas aos Professores e Coordenadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
9	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 09 destinadas aos Gestores e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
10	Custos previstos para pagamento de 02 COORDENADORES PEDAGÓGICOS para planejar, apoiar, coordenar e acompanhar a execução das atividades formativas e a elaboração do Relatório Final de Execução da Formação.	HORA/AULA	12	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
11	Custos previstos para pagamento de 01 PALESTRANTE, durante as 2 horas/aula das atividades formativas para os Profissionais de Educação.	HORA/AULA	2	R\$ 1.830,00	R\$ 3.660,00
12	Custo previsto para alimentação, deslocamento e estadia do palestrante, coordenadores e facilitadores, durante 2 dias.	DIÁRIA	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 61.060,00

VALOR TOTAL: R\$ 61.060,00 (sessenta e um mil e sessenta reais).

6.0 - PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

6.1 - O prazo de vigência do contrato será 02 (dois) meses, a contar da assinatura do contrato.



6.2 - O prazo de execução do objeto será de 02 (dois) dias, a contar da ordem de execução de serviço.

7. 0 – DA FUNDAMENTAÇÃO

7.1 A regra geral trazida pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI, é que a contratação de obras, serviços, compras e alienações deverá ser precedido de devido processo licitatório, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, e obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e aos princípios que disciplinam os processos licitatórios.

7.2 O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

7.3 Contudo, apesar da regra geral para se contratar com a Administração Pública, ser a de realização de procedimento licitatório, o próprio inciso XXI do art. 37 da CF/88 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta.

7.4 Neste sentido, a nova Lei nº 14.133/2021, traz algumas hipóteses, de casos excepcionais, em que a contratação pode ocorrer diretamente.

7.5 Das vias excepcionais possíveis, a que norteia este aviso, é a dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, conforme transcrição a seguir:

Lei Federal nº 14.133/2021- Art. 75, II. É dispensável a licitação:

Nesse cenário estão inseridas as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores aos previstos no art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 (atualizados pelo Decreto nº 12.343/2024), os quais autorizam a dispensa de licitação para:

[...]

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.

7.6 Assim, com supedâneo no princípio finalístico, na forma da 14.133/2021, por meio do qual pretendeu o legislador conferir maior publicidade às contratações diretas, o presente aviso almeja obter propostas adicionais de eventuais interessados, para fins de seleção daquela mais vantajosa no desiderato de, posteriormente, celebrar contratação direta por dispensa, na forma do inciso (art. 75, II da Lei nº 14.133/2021).

7.7 LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 37: Regula a atuação da Administração Pública, Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº



123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais, alterada pela Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013: Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

8.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 - A despesa decorrente da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados na Lei Orçamentária específica do exercício de 2025, com a seguinte dotação orçamentária:

AÇÃO	2041	CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES
ÓRGÃO	0221	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
UNIDADE ORÇAMENTARIA	020501	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO	12	EDUCAÇÃO
SUB FUNÇÃO	361	ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA	0021	ADMINISTRAÇÃO GERAL
ELEMENTO	33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE	15001001	MDE 25% - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

9.0 – DO PUBLICO ALVO

9.1. PUBLICO ALVO:

Aproximadamente 305 Profissionais entre Professores, Coordenadores Pedagógicos e Apoio Pedagógico e técnicos administrativos.

10.0 – DO RECEBIMENTO E CRITERIO DE ACEITAÇÃO

10.1. Os serviços serão recebidos:

10.1.2. Provisoriamente, a partir da execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

11.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 – A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, através do Secretário.

11.2 – A fiscalização do Contrato ficará sob a responsabilidade da Servidora **Sr.^a Sarah Elen Porfírio de Souza**. Servidora do Fundo Municipal de Educação de Jurema/PE.

11.3 - Não obstante a empresa contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.



11.4 - Caberá aos fiscais de contrato:

- I - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- II - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- III - ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- IV - Conhecer plenamente os termos sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto do Contratante quanto da Contratada;
- V - Conhecer e comunicar-se com o preposto da Contratada com a finalidade de dirimir dúvidas no exercício da fiscalização e acompanhamento;
- VI - Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições assumidas, constantes das cláusulas;

11.5 - Caberá ao Gestor de Contrato:

- I - Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada.
- II - Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- III - Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- IV - Analisar os relatórios e documentos enviados pelo(s) fiscal(is);
- V - Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas apontadas pelos fiscais;
- VI - Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências registradas e legais;
- VII - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da ata de registro de preços e contratos não seja ultrapassado;
- VIII - Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas registradas.

12.0 - DO PAGAMENTO

- 12.1 - O pagamento será efetuado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data da entrada da nota fiscal ou fatura, devendo ser apresentada devidamente atestada e corretamente preenchida, sem rasura.



12.2 - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

12.3 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha ocorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

12.4 - Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

13.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 São obrigações da CONTRATADA:

13.1.1. Entregar os materiais rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Edital e na proposta ofertada, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminado; deverá ser observado o critério definido pela Prefeitura;

13.1.2. Responsabilizar-se pelos encargos, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

13.1.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Contrato sujeitando- se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações das Sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores;

13.1.4 Responder por quaisquer atos e danos causados à Administração e/ou a terceiros, durante a execução dos serviços, quer sejam praticados pela empresa contratante, seus propostos e/ou subcontratados;

13.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações tributárias decorrentes desta contratação, tais como: Salários e todas as obrigações tributárias, sociais, previdenciárias, trabalhistas e de acidentes de trabalho e demais encargos decorrentes correlatos aos funcionários envolvidos na prestação dos serviços objeto destas Especificações;

13.6 Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento convocatório;

13.7 Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem ao valor do objeto contratado, dentro dos limites previstos no artigo 125, da Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações.

14.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1- Caberá ao Contratante as seguintes obrigações:



14.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

14.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.1.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

15.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Se a CONTRATADA causar prejuízo ao CONTRATANTE em razão de algumas das condutas abaixo transcritas:

15.2. Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.3 Deixar de entregar documentação exigida no edital;

15.4. Apresentar documentação falsa;

15.5. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

15.6. Não mantiver a proposta;

15.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.8. Comportar-se de modo inidôneo;

15.9. Fizer declaração falsa;

15.10. Cometer fraude fiscal.

15.11. Aplicar-se-ão as seguintes cominações, cumulativas ou não, segundo decisão no competente processo administrativo:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Jurema/PE, 25 de junho de 2025.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUREMA/PE

CNPJ Nº 47.745.309/0001-74

LEANDRO PAULO DOS SANTOS

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO



ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUREMA/PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/2025
DISPENSA Nº 0XX/2025

CONTRATO Nº 0XX/2025 – FME

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
QUE ENTRE SI CELEBRAM, O FUNDO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E A
EMPRESA _____

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUREMA/PE, inscrito no CNPJ:
XXXXXXXXXXXX, situado na XXXXXXXXXXXXXX. nº XXX – XXXX - Jurema - PE,
representado neste ato por XXXXXXXX, a Sr. XXXXXXXXXXX, brasileiro, xxxxxxxx, xxxxxxxx,
residente e domiciliada à Rua xxxxxxxxx, nº xx – xxxxxx – Jurema – PE, portadora da
carteira de identidade de nº xxxxxxxx xxx/PE e inscrita no CPF/MF xxxxxxxxxxxxxxxx,
doravante denominado CONTRATANTE, e da outra parte a pessoa
jurídica _____ CNPJ/CPF _____ situada na
_____ N° _____ - _____ - _____ - _____ -
_____, neste ato representado por _____ CPF _____ residente
e domiciliado na _____, nº. _____, – Bairro: _____ –
Cidade: _____ – UF: _____, doravante denominado CONTRATADO, estabelecem o
presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, e bilateralmente aceitam, ratificam
e outorgam, mediante as condições e cláusulas a seguir dispostas pelas partes, nos termos
da Lei Federal do art. 75, inciso II da Lei 14.133/21, bem como sob as cláusulas e condições
seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO Este Contrato rege-se pela Lei Federal
nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito
público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e
Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO Constitui objeto do presente instrumento
Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de serviços de execução
de atividades formativas e suporte técnico para o acompanhamento pedagógico, destinado
à Formação de Professores da Rede Municipal de Ensino de Jurema/PE, nos dias 31 de
julho e 01 de agosto de 2025.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 01 destinada aos Professores e	HORA/AULA	12	R\$	R\$



	Coordenadores da Educação Infantil (Creche) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.				
2	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 02 destinada aos Professores e Coordenadores da Educação Infantil (Pré-Escola) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$	R\$
3	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 03 destinada aos Professores e Coordenadores do Ensino Fundamental (1º e 2º Ano) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$	R\$
4	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 04 destinada aos Professores e Coordenadores do Ensino Fundamental (3º ao 5º Ano) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$	R\$
5	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 05 destinadas aos Professores e Coordenadores dos 6º aos 9º Anos do Ensino Fundamental da Área de Linguagens e Ciências Humanas da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$	R\$
6	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 06 destinadas aos Professores e Coordenadores dos 6º aos 9º Anos do Ensino Fundamental da Área de Matemática e Ciências da Natureza da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$	R\$



7	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 07 destinadas aos Professores e Coordenadores da Educação em Tempo Integral do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$	R\$
8	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 08 destinadas aos Professores e Coordenadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$	R\$
9	Custos previstos para pagamento de 02 FACILITADORES para as atividades formativas da TURMA 09 destinadas aos Gestores e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 12 horas-aula.	HORA/AULA	12	R\$	R\$
10	Custos previstos para pagamento de 02 COORDENADORES PEDAGÓGICOS para planejar, apoiar, coordenar e acompanhar a execução das atividades formativas e a elaboração do Relatório Final de Execução da Formação.	HORA/AULA	12	R\$	R\$
11	Custos previstos para pagamento de 01 PALESTRANTE, durante as 2 horas/aula das atividades formativas para os Profissionais de Educação.	HORA/AULA	2	R\$	R\$
12	Custo previsto para alimentação, deslocamento e estadia do palestrante, coordenadores e facilitadores, durante 2 dias.	DIÁRIA	2	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL, PRAZOS DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO



I - O objeto deverá ser executado de acordo com a proposta e com as especificações descritas na Cláusula Quarta deste Contrato.

II - O prazo de execução do objeto será de 2 (dois) dias, a contar da ordem de execução de serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º Pelo fornecimento do objeto o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx).

§ 2º O pagamento será efetuado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data da entrada da nota fiscal ou fatura, devendo ser apresentada devidamente atestada e corretamente preenchida, sem rasura.

§ 3º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

A despesa decorrente da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados na Lei Orçamentária específica do exercício de 2025, com a seguinte dotação orçamentária:

AÇÃO	2041	CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES
ÓRGÃO	0221	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
UNIDADE ORÇAMENTARIA	020501	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO	12	EDUCAÇÃO
SUB FUNÇÃO	361	ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA	0021	ADMINISTRAÇÃO GERAL
ELEMENTO	33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA



FONTE	15001001	MDE 25% - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
-------	----------	---

CLÁUSULA SEXTA - DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1º O regime jurídico que rege este Contrato confere ao CONTRATANTE as prerrogativas constantes do art. 104, da Lei 14.133/21, as quais são reconhecidas pela CONTRATADA.

§ 2º São obrigações do CONTRATANTE:

I - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

II - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

III - Efetuar os pagamentos ora pactuados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§ 1º Sem prejuízo das demais obrigações constantes na Lei n.º 14.133/21, caberá à CONTRATADA:

I - Entregar os materiais rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Edital e na proposta ofertada, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminado; deverá ser observado o critério definido pela Prefeitura;

II - Responsabilizar-se pelos encargos, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

III - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Contrato sujeitando- se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações das Sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores;

IV - Responder por quaisquer atos e danos causados à Administração e/ou a terceiros, durante a execução dos serviços, quer sejam praticados pela empresa contratante, seus propostos e/ou subcontratados;

V - Responsabilizar-se por todas as obrigações tributárias decorrentes desta contratação, tais como: Salários e todas as obrigações tributárias, sociais, previdenciárias, trabalhistas e de acidentes de trabalho e demais encargos decorrentes correlatos aos funcionários envolvidos na prestação dos serviços objeto destas Especificações;

VI - Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento convocatório;

VII - Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem



ao valor do objeto contratado, dentro dos limites previstos no artigo 125, da Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações.;

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§ 1º O presente Contrato poderá ser extinto nas condições estabelecidas nos artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/21.

§ 2º A extinção do Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 3º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 4º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será resarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de extinção;

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, as seguintes consequências:

I - Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

§1º O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em Lei

II - Por acordo entre as partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de execução, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;



- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- c) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco, devendo a Administração Municipal responder ao pedido de reequilíbrio econômico financeiro em até 15 (quinze) dias da data de recebimento.

§2º Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§3º A extinção do Contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

I - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

§6º A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pelo CONTRATANTE no curso da execução do Contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

§7º Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

§8º Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio Contrato;

II - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;

III - Alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;

IV - Empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

§1º O objeto será recebido de forma provisória, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante a emissão de termo circunstanciado e definitivamente, por servidor ou comissão designada para tanto, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.



§2º A Gestão do Contrato será de responsabilidade do Secretário de Educação, enquanto a Fiscalização do Contrato será exercido pela servidora da Secretaria de Educação, a Sr.^a **Sarah Elen Porfírio de Souza** - Servidora do Fundo Municipal de Educação de Jurema/PE.

§ 3º Caberá ao Fiscal do Contrato:

- I - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- II - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.;
- III - ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- IV - Conhecer plenamente os termos sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto do Contratante quanto da Contratada;
- V - Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições assumidas, constantes das cláusulas;
- VI - Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições assumidas, constantes das cláusulas;

§ 4º Caberá ao Gestor do Contrato:

- I - Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- II - Emitir avaliação da qualidade referente a execução contratual;
- III - Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- IV - Analisar os relatórios e documentos enviados pelo Fiscal do Contrato;
- V - Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI - Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- VII - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- VIII - Orientar o Fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A aplicação das sanções abaixo previstas será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

§ 1º A CONTRATADA será responsabilizada pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do Contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do Contrato;
IX - Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa de licitação;
XII - Aplicar-se-ão as seguintes cominações, cumulativas ou não, segundo decisão no competente processo ADMINISTRATIVO: sendo elas:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO Este Contrato mantém vinculação ao edital do Processo Administrativo nº 015/2025, Dispensa nº 011/2025, ao Termo de Referência, à proposta da CONTRATADA e ao ato que autorizou a contratação direta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§1º Por força do disposto no § 1º do Art. 92 da Lei 14.133/21, fica eleito o foro da Comarca de Jurema - PE para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente Contrato. E, por se encontrarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de idêntico teor e, para único efeito.

Jurema/PE, _____ / _____ / 2025.

CONTRATANTE

NOME DO SECRETÁRIO

CONTRATADA

**(NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)
(Nº CPF DO REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADO**



ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

Ao Fundo Municipal de Educação do Município de Jurema/PE
ATT. Secretaria Municipal de Educação.

Prezados Senhores,

Proponente: _____ CNPJ/CPF Nº _____
Objeto: **Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de serviços de execução de atividades formativas e suporte técnico para o acompanhamento pedagógico, destinado à Formação de Professores da Rede Municipal de Ensino de Jurema/PE, nos dias 31 de julho e 01 de agosto de 2025.**

Para fins de participação na presente Dispensa de Licitação, apresento a seguinte proposta de preços: Valor global da proposta: R\$ _____ (_____), conforme os termos contidos no Edital para a execução do serviço, conforme especificações constantes no Edital, especificamente no Termo de Referência.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Obs. Concordamos com as demais disposições do Dispensa nº ____/2025, Processo Administrativo nº ____/2025.

Jurema/PE, xx de xxxxxxxxxxxx de 2025.

Assinatura

CNPJ (razão social da empresa).



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES

REFERENTE: DISPENSA Nº 0XX/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUREMA/PE.
PROPONENTE:
CNPJ:

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

O proponente acima qualificado, declara, que:

- I - Conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- II- Que inexiste até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação no presente procedimento administrativo, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores;
- III - Que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Município, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ele vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias;
- IV - Que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- V - Que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas;
- VI - Que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21;
- VII - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
- VIII - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- IX- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021;



X - Que nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;

XI - Que não possui, em Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99.

XII - Que inexiste até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação no presente procedimento administrativo, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores;

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente